

LAGO NORTE

Grilagem na margem do lago Paranoá

Renato Alves

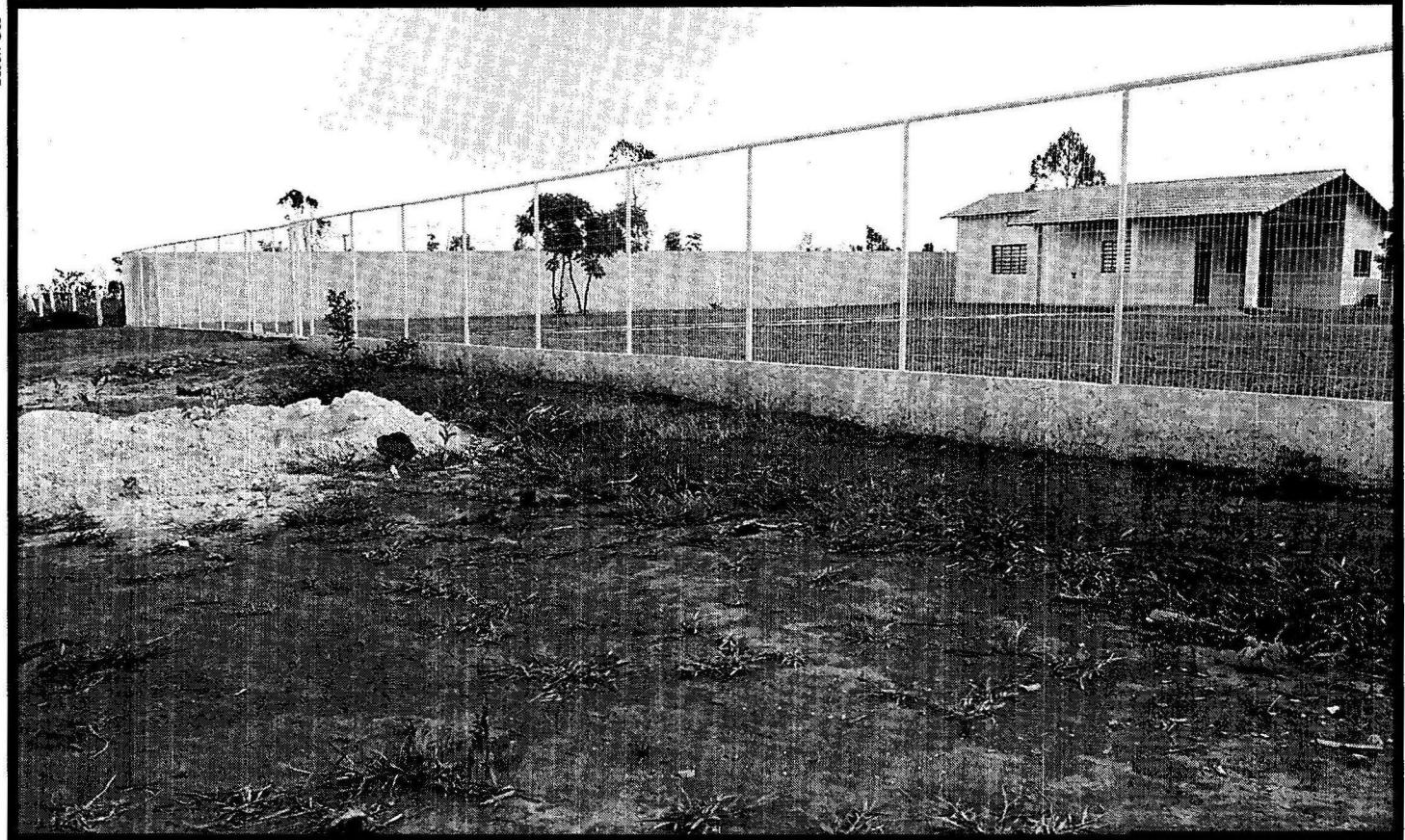
Da equipe do **Correio**

Desde o dia 11 de dezembro do ano passado a área deveria estar intocada. Mas não é o que acontece. A determinação judicial que proíbe qualquer atividade que caracterize urbanização nos condomínios irregulares Privê Lago Norte I e II vem sendo desrespeitada de todas as formas. O **Correio** esteve no local e constatou grande movimento de caminhões com materiais de construção, obras em andamento, cercas e mourões da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) derrubados, além de estacas para demarcar lotes em toda a área.

Os condomínios, localizados lado a lado, têm área total de 212,5 hectares e estão em um dos mais privilegiados endereços de Brasília, às margens do lago Paranoá, com vista para toda a capital. Os disputados loteamentos estão na Área de Proteção Ambiental (APA) do Paranoá, um local que requer cuidados especiais na ocupação. A região também é rica em pequenas nascentes que abastecem o lago Paranoá. A briga pelo direito de ocupação das terras se arrasta há cerca de dois anos.

A propriedade das terras cercadas pelos condomínios está sub judice. Até o ano passado, a Terracap tentava provar tratar-se de terras públicas e não de pro-

Edson Gés



PRIVÊ LAGO NORTE I E II: ORDEM JUDICIAL DE EMBARGO DE QUALQUER TIPO DE OCUPAÇÃO NÃO É RESPEITADA DESDE DEZEMBRO DO ANO PASSADO

priedade de Tarcísio Márcio Alonso, responsável original pelo parcelamento.

PROIBIÇÃO

O embargo do Privê I e II foi determinado no dia 11 de dezembro por iniciativa dos promotores de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb) do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Eles entenderam não haver dúvidas de que existe irregularidade na ocupação.

A ordem de interromper a ocupação foi encaminhada à Administração Regional do Lago Norte, que teve prazo de cinco dias para cumprí-la. A administração tinha ainda que encaminhar à Justiça

relatórios semanais informando o andamento da fiscalização. O Termo de Recomendação foi assinado pelos promotores Ana Luíza Lobo, Ana Maria Amarante e Libânio Alves.

“O autor da ação, o GDF, é quem deveria estar fiscalizando a área, por ser a parte mais interessada”, comentou o promotor Libânio ao saber do desrespeito à determinação do MPDFT.

A diretoria de Licenciamento e Fiscalização da Administração Regional do Lago Norte havia garantido, em janeiro, que até o fim daquele mês todas as casas em construção seriam demolidas.

O próprio chefe de Fiscalização da Administração do Lago

Norte, Daniel Nasi Coelho, admitiu a ação de grileiros e invasores nos loteamentos. “Frequentemente pegamos pessoas construindo ou cometendo crime ambiental lá”, contou.

O delegado-chefe da Delegacia Especial do Meio Ambiente (Deema), Ricardo Yamamoto, informou que há vários inquéritos em andamento contra pessoas presas por parcelamento irregular do solo no Privê I e II.

Mas as ações da polícia e da administração parecem nãoibir grileiros e invasores. A pintura das estacas que dividem os lotes e a grande quantidade de árvores queimadas denunciam a ocupação.

Os deputados distritais da oposição não economizam críticas ao GDF quando o assunto é a ocupação ilegal do Privê. “A grilagem está acontecendo em toda aquela área, prevista para ser o bairro Taquari. A intervenção é de responsabilidade da Terracap e do Sivisolo”, bate o petista Wasny de Roure. “Em função da convivência do GDF e da Administração do Lago Norte, aquela área está sendo invadida, parcelada e negociada”, emenda Rodrigo Rollemberg (PSB).

A Assessoria de Comunicação da Terracap, que se diz dona do terreno, alegou que não havia ninguém autorizado para dar entrevista ao **Correio** sobre o assunto.